



ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUD/Recife

Aos treze dias do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte, às dezesseis horas e oito minutos, na sala de reunião online, via Google Meet, devido a pandemia do Covid-19, o presidente do COMUD/Recife, conselheiro Paulo Fernando, fez a conferência do quorum para o início da centésima trigésima sétima sessão plenária do COMUD/Recife, e, havendo número suficiente de conselheiros titulares ou suplentes, no exercício da titularidade, a reunião foi iniciada, como na forma prevista pelo artigo 14 do Regimento Interno, parágrafo único, de acordo com a lista de frequência, anexa, preenchida pela secretária do COMUD/Recife, Nadja Medeiros. A presente sessão teve a seguinte pauta:

1. Verificação de quorum, mediante apresentação oral de conselheiros (as);
2. Justificativas de ausência;
3. Leitura da ata da sessão anterior;
4. Expedientes;
5. Informes Gerais;
6. IV Fórum de Eleição do COMUD/Recife;
7. Acessibilidade nas Eleições;
8. Encaminhamentos.

O coordenador da sessão inicia cumprimentando os presentes, em seguida faz a leitura da pauta e passa para as justificativas de ausência, onde os (as) conselheiros (as) Marcelo Pedrosa, Sônia Pereira e Alexandre Ferreira justificaram sua ausência. Dando continuidade, foi passada para a leitura da ata da centésima trigésima sexta reunião ordinária, através da secretária executiva, Nadja Medeiros, que após lida e posta para aprovação do pleno, foi aprovada por unanimidade. Passando para os expedientes, foi feita a leitura dos expedientes enviados, já que não houve recebidos. Em seguida, foi para os informes, onde prestaram seus informes os (as) conselheiros (as) Paulo Fernando e Rita Guaraná. Dando continuidade a pauta, foi discutido o ponto referente ao IV Fórum de Eleição do COMUD/Recife, onde o coordenador da sessão ressalta que, na reunião da comissão organizadora, foi proposto que o IV Fórum Eleitoral seja realizado em março em 2021, tendo em vista que os casos da Covid 19 ainda estão presentes e que o público que participará do Fórum está inserido no grupos de risco. Passada a palavra para o Conselheiro Isaac Machado, o mesmo ressalta a importância da prorrogação do mandato, uma vez que já tem uma perspectiva da chegada da vacina até o final do ano e enfatiza que tem muitas pessoas com deficiência com medo de sair de casa, devido a

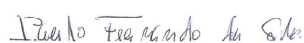
comorbidade que também possui. A conselheira Arenilda Duque destaca que estamos em ano eleitoral, onde a partir de janeiro existirá as mudanças na gestão e com o adiamento do Fórum os indicados para compor a área governamental já farão parte da nova gestão municipal. A conselheira Maria do Carmo ressalta que o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONED também realizará seu fórum no próximo ano e que assim, o COMUD/Recife elegerá a nova gestão no mesmo período que a do CONED. Em seguida, o coordenador da sessão coloca, para votação do pleno, a proposta de realização do IV Fórum Eleitoral do COMUD/Recife para março de 2021, sendo aprovada por todos. Ato contínuo, foi passado para o ponto de pauta referente a acessibilidade nas eleições, onde o coordenador da sessão, conselheiro Paulo Fernando passa a palavra para o senhor Manoel Acácio, representante do Tribunal Regional Eleitoral - TRE, que inicia sua fala explicando que esse ano, o TRE além de orientar os cartórios de forma mais específica para o atendimento às pessoas com deficiência, também tem orientado cada chefe de cartório e que esse ano o TRE está com novos funcionários, que também já estão sendo capacitados. Diz que nessa eleição foi criado um projeto chamado Eleições Acessíveis, que tem como objetivo transportar os eleitores com dificuldade de locomoção, a sua zona eleitoral, e que através de parceria com o Governo do Estado, foram disponibilizadas 10 vans do PEConduz, das quais 08 atuarão em Recife, 01 em Vitória e 01 em Petrolina e que os eleitores, usuários de cadeiras de rodas, terão preferência. Ressalta que o TRE já tem um cadastro de eleitores com deficiência e que a equipe entrará em contato com esses eleitores para saber se os mesmos necessitará do transporte. Enfatiza que, através de uma conversa com o coordenador da sessão, o conselheiro Paulo Fernando, o mesmo sugeriu que fossem feitas outras parcerias, através dos municípios de Paulista e Jaboatão, afim de verificar a disponibilidade de transportes das Secretarias de Saúde, já que as mesmas dispõem de transportes que são disponibilizados para conduzir pacientes que fazem hemodiálise. Em seguida, se coloca a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas do pleno. O coordenador da sessão agradece as informações, parabeniza o TRE pela iniciativa e passa para o pleno tirar alguma dúvida. A conselheira Arenilda Duque pergunta se na fila da sessão, a votação será intercalada entre eleitor prioritário e não prioritário. O senhor Manoel Acácio responde que não existe intercalação entre prioridade ou não, e que os idosos e pessoas com deficiência terão prioridade assim que chegar em sua sessão. Ressaltando que havendo mais de um caso de prioridade, haverá a ordem de chegada, mas seguindo a fila da prioridade. Enfatiza que o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, orientou que os primeiros horários sejam destinados as pessoas idosas e pessoas com deficiência, embora que, chegando alguma pessoa com deficiência, idosa ou que comprove alguma debilidade física ou de saúde, em outros

horários, as mesmas terão prioridade no atendimento também. Diz que com Projeto Acessibilidade nas Eleições, as parcerias firmadas com o estado e municípios, farão com que as pessoas com deficiência tenham um atendimento mais específico e ágil. Em seguida, aproveita para orientar que, a pessoa que está enquadrada no atendimento prioritário deve chegar em sua sessão, se dirigir a frente da fila e identificar-se, para que seja logo atendido. A conselheira Suzana Azevedo diz que as mães de filhos autistas têm passado por muitas dificuldades com os mesmos e que, devido a pandemia, muitos ficaram mais agressivos, assim a dificuldade em ir votar ficou maior. Aproveita e pergunta como será para justificar o voto. O senhor Manoel Acácio responde que as justificativas dos votos poderão ser realizadas através do aplicativo do TRE, mas para isso, é preciso que o eleitor esteja fora do seu município de votação, ressaltando que, nos casos das mães de filhos autistas, poderá ser pensada na possibilidade dos transportes também dá suporte a elas. Aproveita e solicita que a conselheira Suzana Azevedo organize uma lista de eleitores autistas e do (a) seu (ua) acompanhante, para que sejam inseridos na lista dos transportes. Em seguida, a conselheira Georgina Marques pergunta se os mesários ou a equipe de orientação foram capacitados para atender os eleitores com deficiência, o senhor Manoel Acácio responde que sim e que são oitenta e cinco mil mesário e administradores de prédios, onde alguns podem não colocar em prática, por isso, pode acontecer falhas no atendimento. Ressalta que o TRE tem uma cartilha com várias orientações sobre o dia da eleição, onde são entregues, no treinamento de mesário, e um dos tópicos é sobre acessibilidade e que esse ano, devido a pandemia, os chefes de cartório estão mais consciente sobre o atendimento correto às pessoas com deficiência. Diz que todos os cartórios foram, periodicamente, visitar os espaços onde haverá eleição, para verificar a garantia da acessibilidade nos seus espaço de votação e que, hoje, a maioria dos locais permite que o eleitor consiga acessar tranquilo os prédios, a não ser as sinalizações para as pessoas com deficiência visual, cotidianamente, já muito difícil encontrar nos diversos locais. Mas, que, a orientação passada aos chefes de cartórios, é que os mesmos selecionem escolas acessíveis. Ressalta que o TRE está a disposição para receber qualquer sugestão. O coordenador da sessão, Paulo Fernando solicita que o senhor Manoel Acácio passe o número da ouvidoria, o mesmo diz que são os: 3194-9482 ou 3194-9483 e que o email é: ouvidoria@tre-pe.jus.br, o conselheiro Lilton Bispo fala que já aconteceu dele e da esposa, que também tem deficiência, irem a uma escola municipal e a sessão de ambos serem no primeiro andar, totalmente inacessível para os dois. O senhor Manoel Acácio agradece a observação do conselheiro e solicita que sempre que houver esses casos, informe ao presidente dos mesários para que ele faça o registro e na próxima eleição a sessão seja alterada, que inclusive, também pode ser feita uma reclamação

através do telefone ou do email, após a eleição. A conselheira Ana Nazareth parabeniza ao TRE, na pessoa do senhor Manoel Acácio, por todas as iniciativas em relação as pessoas com deficiência, ressaltando a importância da garantia da acessibilidade. O senhor Manoel Acácio agradece e se coloca a disposição. A conselheira Maria do Carmo enfatiza a relevância das ações do TRE em relação as pessoas com deficiência, sugerindo que nos próximos anos seja verificada a garantia da acessibilidade comunicacional, através da viabilidade de um treinamento em Libras para as equipes que trabalham nos locais de votação. O senhor Manoel Acácio agradece a sugestão e fala que o TRE pode, juntamente com o estado e município, pensar em oficinas e na elaboração de uma cartilha com os sinais básicos para comunicação das equipes, inclusive, para equipe interna do TRE. O Conselheiro José Diniz pergunta sobre a acessibilidade nas urnas eletrônicas para os eleitores cegos, na hora da escolha do candidato. O senhor Manoel Acácio responde que, esse ano, haverá fone disponível para os eleitores cegos e a garantia do sistema de voz nas urnas. O coordenador da sessão agradece a presença do senhor Manoel Acácio e parabeniza os projetos de acessibilidade do TRE, o mesmo agradece e se coloca a disposição do COMUD/Recife. Passando para os encaminhamentos, após algumas colocações contra o Decreto nº 10.502/2020, que Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE), através dos (as) conselheiros (as) Rita Guaraná, Maria do Carmo, Tereza Antunes, Lilton Bispo e José Diniz, foi encaminhado que o COMUD/Recife faça uma moção de repúdio ao decreto anteriormente citado, e que seja enviada para o Ministério da Educação, Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, CONADE e Congresso Nacional, Tribunal Superior de Justiça e OAB. Também foi encaminhado que a próxima reunião será no dia 17/11 e terá como pauta principal o IV Fórum de Eleição do COMUD/Recife. Nada mais tendo a se discutir, o Presidente da Sessão, conselheiro Paulo Fernando, agradece a presença de todos (as) e dá por encerrados os trabalhos às dezoito horas e cinco. Para que tudo fique devidamente documentado, eu, Nadja Medeiros, na condição de secretária "ad hoc", tomei notas e redigi a presente ata, que, após lida na sessão seguinte e achada conforme, será por mim assinada, bem como pelo coordenador da presente sessão.



Nadja Medeiros
Secretária "ad hoc"



Paulo Fernando da Silva
Presidente da Sessão